
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE 41300083843
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 30 de abril de 2025, às 14h45 na Rua José Izidoro Biazetto nº 158, Bloco A, Orleans, CEP 81200-240, em Curitiba - PR.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, foi dispensada a convocação em virtude da presença da acionista, Copel Geração e Transmissão S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 04.370.282/0001-70, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A, na cidade de Curitiba - PR, representada por seu Diretor Geral e por seu Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, conforme previsto em seu Estatuto Social.

3. MESA DIRIGENTE: O Sr. Fernando Mano da Silva, Representante da única acionista e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A., instalou a sessão e assumiu a direção dos trabalhos, nos termos do Estatuto Social, e convidou a mim, Isabel Zaiczuk Raggio, para secretariar a reunião e ficar responsável pela assinatura da versão a ser encaminhada à Junta Comercial.

4. ORDEM DO DIA: Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 e da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024; e **(ii)** Substituição de membro da Diretoria; e **Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Fixação da Remuneração Global dos Administradores; e **(ii)** Proposta de Alteração do Artigo 21 do Estatuto Social; **(iii)** Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro 2024; e **(iv)** Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2024.

5. DELIBERAÇÕES / INFORMAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

5.i. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024 - Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que se encontravam à disposição da acionista controladora, para efeito de exame e deliberação, o Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 — devidamente auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. — o qual foi publicado, nos termos da Lei, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (<https://www.gov.br/centraldebalancos/#!/demonstracoes>) em 14.04.2025. Em relação à destinação do resultado verificado no exercício de 2024, a acionista tomou conhecimento da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE 41300083843
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

destinação do resultado verificado no exercício de 2024, por meio do Despacho registrado sob o e-Protocolo nº 23.797.485-9, nos seguintes termos: do lucro líquido do exercício de 2024, apurado de acordo com a legislação societária, no valor de R\$ 28.414.278,62 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações: a) R\$ 1.420.713,93 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, setecentos e treze reais e noventa e três centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, para constituição de reserva legal; b) R\$ 6.748.391,17 (seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e dezessete centavos), para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e c) R\$ 20.245.173,52 (vinte milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), para pagamento de dividendo adicional proposto, sendo que o efetivo pagamento deste montante deve observar a disponibilidade de caixa e solicitação por parte da controladora.. Após análise e colocado o assunto em votação, **a única acionista aprovou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, e da proposta da Diretoria Executiva da Companhia para destinação do resultado verificado no exercício de 2024, nos termos acima.**

5.ii. Substituição de membro da Diretoria – Em atendimento ao Art. 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, a única acionista, depois de examinados o respectivo currículo e a pertinente declaração de desimpedimento, e considerando a aderência aos requisitos legais e a aprovação da indicação pelo Comitê de Gente da Copel, em sua 37ª reunião, realizada em 28.03.2025, **ELEGEU, para o cargo de Diretor Técnico da Companhia, em substituição ao Sr. Marcio Raphael Ploszaj, o Sr. FLÁVIO MARTINS RIBEIRO, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade RG nº 10864432 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 035.898.606-00, com endereço comercial na Rua José Izidoro Biazetto nº 158, Bloco A, Curitiba - PR, CEP 81200-240.**

6. DELIBERAÇÕES / INFORMAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

6.i. Fixação da Remuneração Global dos Administradores - Sobre esse item, o Sr. Presidente informou que, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, foi apresentada proposta de remuneração global para o período de abril/2025 a março/2026, com encargos, e que tal proposta leva em consideração as diretrizes estabelecidas pela Controladora e a atuação compartilhada dos membros da Diretoria com outras subsidiárias integrais (diretas ou indiretas) da acionista controladora, conforme critério de rateio previsto no Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos firmado com a Copel GeT. **Após análise da documentação apresentada e colocado o assunto em votação, a única acionista aprovou o valor da remuneração global dos**

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE 41300083843
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Administradores da Companhia para o período de abril/2025 a março/2026 em até R\$ 10.690,3 (dez mil, seiscentos e noventa reais e trinta centavos).

6.ii. Proposta de Alteração do Artigo 21 do Estatuto Social – O Sr. Presidente informou que se faz necessária a atualização do Estatuto Social da Companhia para complementar o artigo 21, que trata da forma de representação da Companhia, que passar a ter a seguinte redação: “*Art. 21 A Companhia obriga-se perante terceiros: (...) § 1º Os instrumentos de mandato mencionados nos incisos anteriores, serão outorgados pela assinatura conjunta dos 02 (dois) Diretores, com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos, sendo que apenas as procurações “ad judicium” e para o foro em geral terão prazo indeterminado. (...) § 3º A Sociedade será representada ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, por (02) dois diretores. § 4º Poderá qualquer dos diretores representar individualmente a Companhia, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que (02) duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante assinatura conjunta dos dois diretores*”. **Após análise da documentação apresentada e colocado o assunto em votação, a única acionista deliberou por aprovar a alteração do artigo 21º do Estatuto Social proposta.**

6.iii. Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro 2024 - Sobre este item, o Sr. Presidente informou que se faz necessária a análise e deliberação sobre o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro - RSA da Companhia relativo ao exercício 2024 em Assembleia Geral de Acionistas. Tal relatório é preparado de forma integrada, em forma de anexo, ao relatório da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT e é elaborado anualmente para atender ao determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme Resolução Normativa Aneel nº 933/2021, a fim de prestar contas ao Poder Concedente e a todos os públicos de relacionamento da Companhia, bem como apresentar os principais impactos sociais, ambientais e econômico-financeiros provenientes de suas operações. **Após análise, a acionista aprovou o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro 2024, nos termos apresentados.**

6.iv. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2024 - Sobre esse item, o Sr. Presidente informou que, em não havendo Conselho de Administração ou Conselho Fiscal instalado, cabe à esta Assembleia Geral deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, em atendimento à Resolução Normativa Aneel nº 933/2021. **Após análise da documentação apresentada, colocado o assunto em votação, e considerando o Despacho registrado sob o e-Protocolo nº 28.842.652-9 e o Relatório da Auditoria Independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PwC,**

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE 41300083843
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

emitido em 25.04.2025 sem ressalvas, a única acionista aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia relativos ao exercício de 2024, nos termos apresentados, e autorizou seu envio à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e publicação no site da Copel, conforme as regras regulatórias.

7.ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e considerada conforme, foi assinada por todos os presentes.

(a) FERNANDO MANO DA SILVA, Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A., FELIPE GUTTERRES RAMELLA, Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A., e ISABEL ZAICZUK RAGGIO, Secretária. *A presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Marumbi Transmissora de Energia S.A., realizada em 30.04.2025, lavrada em livro próprio e autenticada pela secretária da mesa, com amparo na Instrução Normativa - IN DREI nº 81 e na Lei nº 6.404/1976.*

Curitiba, 30 de abril de 2025

ISABEL ZAICZUK RAGGIO
Secretária



Marumbi Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 14.820.785/0001-53

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| SUMÁRIO | 2 |
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 3 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 9 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS..... | 9 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS | 10 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES..... | 10 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 11 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | 12 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 13 |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL..... | 13 |
| 2. BASE DE PREPARAÇÃO | 13 |
| 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS | 14 |
| 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 19 |
| 5. CLIENTES | 19 |
| 6. ATIVO DE CONTRATO | 20 |
| 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 20 |
| 8. FORNECEDORES | 20 |
| 9. TRIBUTOS..... | 21 |
| 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 22 |
| 11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO | 23 |
| 12. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES | 24 |
| 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 24 |
| 14. RECEITA OPERACIONAL..... | 25 |
| 15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | 26 |
| 16. RESULTADO FINANCEIRO | 26 |
| 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 26 |
| 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 30 |
| 19. SEGUROS..... | 31 |
| DECLARAÇÃO DOS DIRETORES..... | 32 |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE | 33 |



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 09 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro



1. A COMPANHIA

A Marumbi Transmissora de Energia S.A (Marumbi ou Companhia), instituída em dezembro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

2. MARUMBI EM NÚMEROS

| Em milhares de reais | 2024 | 2023 | variação % |
|--|---------|----------|------------|
| Indicadores Contábeis | | | |
| Ativo total | 244.666 | 247.099 | (1,0) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.060 | 24.125 | (33,4) |
| Títulos e valores mobiliários | 2.985 | 2.733 | 9,2 |
| Dívida total | 11.972 | 15.267 | (21,6) |
| Dívida líquida | (7.073) | (11.591) | (39,0) |
| Receita operacional bruta | 36.823 | 32.384 | 13,7 |
| Deduções da receita | (2.271) | (2.037) | 11,5 |
| Receita operacional líquida | 34.552 | 30.347 | 13,9 |
| Custos e despesas operacionais | (5.425) | (3.624) | 49,7 |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos | 29.127 | 26.723 | 9,0 |
| Ebitda ou Lajida ^(a) | 29.143 | 26.738 | 9,0 |
| Resultado financeiro | 1.062 | 1.071 | (0,8) |
| IRPJ/CSLL | (1.775) | (1.855) | (4,3) |
| Lucro operacional | 30.189 | 27.794 | 8,6 |
| Lucro Líquido do exercício | 28.414 | 25.939 | 9,5 |
| Patrimônio líquido | 215.825 | 212.640 | 1,5 |
| Indicadores Econômico-Financeiros | | | |
| Liquidez corrente (índice) | 2,3 | 3,1 | (25,8) |
| Liquidez geral (índice) | 8,5 | 7,2 | 18,1 |
| Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%) | 84,3 | 88,1 | (4,3) |
| Dívida total sobre o patrimônio líquido (%) | 5,5 | 7,2 | (23,6) |
| Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%) | 87,4 | 91,6 | (4,6) |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 82,2 | 85,5 | (3,9) |
| Participação de capital de terceiros (%) | 11,8 | 13,9 | (15,1) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inicial) (%) | 13,4 | 16,0 | (16,3) |

^(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização



3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Marumbi gerencia a agenda de sustentabilidade por meio de áreas focadas em ESG, com diretrizes corporativas divulgadas através de políticas e normas. A Copel, como companhia de capital aberto, segue diretrizes de Governança Corporativa e adota um sistema robusto para alinhar o desempenho dos administradores aos interesses da empresa e partes interessadas. Desde 2021, a Copel integra o Nível 2 de governança na B3 e adota o Código de Melhores Práticas do IBGC, além de atender aos critérios da SEC e regulamentações brasileiras. Após se tornar uma corporação sem acionista controladora, a Copel continua a aprimorar sua estrutura de governança.

3.1 Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Fazem parte do Programa de Integridade, o Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Copel em corporação e melhores práticas de mercado e o Canal de Denúncia, que registra qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

3.2 Dimensão Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Marumbi desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

3.3 Dimensão Ambiental

O comprometimento da Marumbi com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 06/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel, com vencimento em 09.05.2042, podendo ser prorrogado por no máximo 30 (trinta) anos mediante requerimento da Companhia e manifestação favorável do poder concedente.

Esse contrato é composto pela Linha de Transmissão Curitiba - Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,14 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Os ativos da Marumbi, são constituídos da seguinte forma:

- Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais com 29,14 km de extensão;
- Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015, com investimentos à época de R\$ 117,7 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012.

Adicionalmente, ainda em junho de 2015, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 018/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2024, através da Resolução Autorizativa nº 15.532/2024, a Aneel autorizou a implantação de reforços na subestação 525 kV Curitiba Leste, com investimento de cerca de R\$ 47,1 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 6,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2027.



Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

| Linhas e Subestações de Transmissão | Propriedade | Circuito | Tensão (kV) | Extensão (km) | Capacidade Transformação (MVA) | Início de Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
|---|-------------|----------|-------------|---------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------|
| Linhas e Subestações próprias Marumbi Transmissora de Energia S.A. | | | | 29 | 672 | | |
| Contrato nº 008/2012 LT Curitiba - Curitiba Leste | 100,0% | CS | 525 kV | 29 | - | 28.06.2015 | 10.05.2042 |
| SE Curitiba Leste | | - | 525/230 kV | - | 672 | | |
| Total | | | | 29 | 672 | | |

A concessão de transmissão em operação em 31.12.2024 gera atualmente uma RAP à Marumbi de R\$ 34,7 milhões.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

| Linhas e Subestações de Transmissão | Propriedade | RAP (R\$ mil) | RAP Proporc. (R\$ mil) | Ano de degrau da RAP | Mês base reajuste | Índice de correção |
|---|-------------|---------------|------------------------|----------------------|-------------------|--------------------|
| Linhas e Subestações próprias Marumbi Transmissora de Energia S.A. | | 34.750 | 34.750 | | | |
| Contrato nº 008/2012 LT Curitiba - Curitiba Leste | 100% | 34.750 | 34.750 | não aplicável | Julho | IPCA |
| SE Curitiba Leste | | | | | | |
| Total | | 34.750 | 34.750 | | | |

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

RAP Realizada e Esperada

| Linha de transmissão - RAP - R\$ mil * | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 ** | 2028 | 2029 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Integral | 27.268 | 28.346 | 28.346 | 28.346 | 34.750 | 34.750 | 34.750 |
| Marumbi Transmissora de Energia S.A. | | | | | | | |
| Contrato de concessão de transmissão nº 008/2012 - 100,0% | 27.268 | 28.346 | 28.346 | 28.346 | 34.750 | 34.750 | 34.750 |
| TOTAL | 27.268 | 28.346 | 28.346 | 28.346 | 34.750 | 34.750 | 34.750 |

* Valores correntes nominais até 2024. A partir de 2025, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2024.

** RAP adicional esperada de R\$ 6.404 referente a reforços, com previsão de entrada em operação em 04.2027.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

5.1 Receita Operacional Líquida

Em 2024, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 33.644, representando acréscimo de 9,2% relação a 2023 (R\$ 30.822), devido principalmente a variação do IPCA em 2024.



5.2 Custos e Despesas Operacionais

Em 2024, os custos e despesas operacionais aumentaram em R\$ 1.833, devido principalmente ao maior gasto com serviços de terceiros.

| Em milhares de Reais | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------|------------|
| Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial | 286 | 413 |
| Material | 52 | 145 |
| Serviços de terceiros | 3.050 | 2.455 |
| Depreciação e amortização | 16 | 15 |
| Perdas de créditos, provisões e reversões | 715 | 166 |
| Outros custos e despesas operacionais | 398 | 430 |

5.3 EBITDA ou LAJIDA

| Em milhares de Reais | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido | 28.414 | 24.551 |
| Despesas com tributos sobre os lucros | 1.775 | 2.050 |
| Despesas (receitas) financeiras, líquidas | (1.062) | 122 |
| Lajir/Ebit | 29.127 | 26.723 |
| Depreciação e Amortização | 16 | 15 |
| Lajida/Ebitda | 29.143 | 26.738 |
| Receita Operacional Líquida - ROL | 34.552 | 30.347 |
| Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL) | 84,3% | 88,1% |

O Ebitda da Companhia em 2024 foi de R\$ 29.143, apresentando acréscimo de R\$ 2.405 ou 9% em relação a 2023, devido principalmente a redução nas receitas.

5.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução das despesas em R\$ 9, devido principalmente ao menor valor de encargos da dívida no período, compensado pela redução do rendimento em aplicações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | NE nº | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 16.060 | 24.125 |
| Clientes | 5 | 3.860 | 2.987 |
| Ativos de contrato | 6 | 5.689 | 5.744 |
| Outros créditos | | 254 | 295 |
| Estoques | | - | 4 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 228 | 359 |
| Despesas antecipadas | | 58 | 113 |
| | | 26.149 | 33.627 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 2.985 | 2.733 |
| Depósitos judiciais | | 242 | - |
| Ativos de contrato | 6 | 215.193 | 210.626 |
| | | 218.420 | 213.359 |
| Imobilizado | | 82 | 89 |
| Intangível | | 15 | 24 |
| | | 218.517 | 213.472 |
| TOTAL DO ATIVO | | 244.666 | 247.099 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Partes relacionadas | 18 | 59 | 104 |
| Fornecedores | 8 | 847 | 493 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9 | 221 | 221 |
| Outras obrigações fiscais | 9 | 133 | 100 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 2.690 | 3.434 |
| Dividendos a pagar | 13.4 | 6.748 | 6.161 |
| Encargos setoriais a recolher | | 182 | 126 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 11 | 254 | 307 |
| Outras contas a pagar | | 22 | 18 |
| | | 11.156 | 10.964 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | 7.087 | 7.160 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 9.282 | 11.833 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 11 | 143 | 259 |
| Outras contas a pagar | | - | 18 |
| Provisões para litígios | 12 | 1.173 | 4.225 |
| | | 17.685 | 23.495 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 13.1 | 104.161 | 104.161 |
| Reserva legal | 13.2 | 10.885 | 9.464 |
| Reserva de retenção de lucros | 13.3 | 80.534 | 80.534 |
| Dividendo adicional proposto | 13.4 | 20.245 | 18.481 |
| | | 215.825 | 212.640 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 244.666 | 247.099 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NE nº | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-------|----------------|----------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | | |
| Disponibilidade da rede elétrica | | 33.644 | 30.822 |
| Receita de construção | | 908 | (475) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 14 | 34.552 | 30.347 |
| Material | | (52) | (145) |
| Serviços de terceiros | | (2.915) | (2.813) |
| Depreciação e amortização | | (6) | (4) |
| Custo de construção | | (908) | 475 |
| Outros custos | | (118) | (115) |
| Custos Operacionais | 15 | (3.999) | (2.602) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | | 30.553 | 27.745 |
| Outras Despesas Operacionais | 15 | | |
| Despesas com vendas | | (715) | (166) |
| Despesas gerais e administrativas | | (607) | (746) |
| Outras despesas operacionais | | (104) | (110) |
| | | (1.426) | (1.022) |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS | | 29.127 | 26.723 |
| Resultado Financeiro | 16 | | |
| Receitas financeiras | | 2.242 | 2.593 |
| Despesas financeiras | | (1.180) | (1.522) |
| | | 1.062 | 1.071 |
| LUCRO OPERACIONAL | | 30.189 | 27.794 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 9.1 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (1.849) | (1.505) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 74 | (350) |
| | | (1.775) | (1.855) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 28.414 | 25.939 |
| RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO | | 0,27280 | 0,26219 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|---------------|---------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 28.414 | 25.939 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 28.414 | 25.939 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NE nº | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|-------|----------------|---------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Saldo em 1º.01.2023 | | 88.000 | 8.167 | 96.695 | - | - | 192.862 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 25.939 | 25.939 |
| Aumento de capital | | 16.161 | - | (16.161) | - | - | - |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | | | |
| Reserva legal | 13.3 | - | 1.297 | - | - | (1.297) | - |
| Dividendos | 13.4 | - | - | - | - | (6.161) | (6.161) |
| Dividendo adicional proposto | 13.4 | - | - | - | 18.481 | (18.481) | - |
| Saldo em 31.12.2023 | | 104.161 | 9.464 | 80.534 | 18.481 | - | 212.640 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 28.414 | 28.414 |
| Deliberação do dividendo adicional proposto | | - | - | - | (18.481) | - | (18.481) |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | | | |
| Reserva legal | 13.3 | - | 1.421 | - | - | (1.421) | - |
| Dividendos | 13.4 | - | - | - | - | (6.748) | (6.748) |
| Dividendo adicional proposto | 13.4 | - | - | - | 20.245 | (20.245) | - |
| Saldo em 31.12.2024 | | 104.161 | 10.885 | 80.534 | 20.245 | - | 215.825 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NE nº | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 28.414 | 25.939 |
| Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a | | | |
| Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas | | 1.176 | 1.518 |
| Remuneração de contratos de concessão de transmissão | 6 | (29.534) | (26.929) |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.1 | 1.849 | 1.505 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.1 | (74) | 350 |
| Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento | 11.2 | 276 | 260 |
| Depreciação e amortização | 15 | 16 | 15 |
| Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas | 15 | 715 | 166 |
| | | 2.838 | 2.824 |
| Redução (aumento) dos ativos | | | |
| Clientes | | 21.291 | 21.386 |
| Outros créditos | | 41 | (4) |
| Estoques | | 4 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 131 | (135) |
| Despesas antecipadas | | 55 | (23) |
| Depósitos judiciais | | (242) | - |
| | | 21.280 | 21.224 |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Partes relacionadas | | (45) | (5) |
| Fornecedores | | (554) | 27 |
| Outras obrigações fiscais | | 33 | 5 |
| Encargos setoriais a recolher | | 56 | 51 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 11.2 | (469) | (201) |
| Outras contas a pagar | | (14) | 21 |
| | | (993) | (102) |
| CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 23.125 | 23.946 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.849) | (1.486) |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos | 10.2 | (1.055) | (1.354) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 20.221 | 21.106 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aplicações financeiras | | (252) | (270) |
| CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | (252) | (270) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos | 10.2 | (3.392) | (4.878) |
| Dividendos pagos | | (24.642) | (9.679) |
| CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | (28.034) | (14.557) |
| TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (8.065) | 6.279 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 24.125 | 17.846 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 16.060 | 24.125 |
| VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (8.065) | 6.279 |

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Marumbi Transmissora de Energia S.A. (Marumbi ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 09.05.2042.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

A demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.



Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.



Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.



3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.



3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”; e
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);



- v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025); e
- viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---------------|---------------|
| Caixa e bancos conta movimento | 700 | 988 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 15.360 | 23.137 |
| | 16.060 | 24.125 |

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, e são remuneradas entre 99,7% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

| | Saldos vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|----------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|
| Encargos de uso da rede elétrica | 3.538 | 264 | 950 | 4.752 | 3.166 |
| (-) Perdas de créditos esperadas | (4) | - | (888) | (892) | (179) |
| | 3.534 | 264 | 62 | 3.860 | 2.987 |

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.



6. Ativo de contrato

| Em 31.12.2023 | 212.057 |
|--|-------------------------------|
| Transferências para encargos do uso da rede - clientes | (21.904) |
| Apropriação (reversão) de litígios | (622) |
| Remuneração | 26.929 |
| Transferência para imobilizado | (90) |
| Em 1º.01.2024 | 216.370 |
| Transferências para encargos do uso da rede - clientes | (22.879) |
| Apropriação (reversão) de litígios | (3.051) |
| Remuneração | 29.534 |
| Receita de construção | 908 |
| Em 31.12.2024 | 220.882 |
| | Circulante 5.689 |
| | Não circulante 215.193 |

6.10 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Margem de construção | 1,65% | 1,65% |
| Margem de operação e manutenção | 1,65% | 1,65% |
| Taxa de remuneração (a) | 8,66% a.a. | 8,66% a.a. |
| Índice de correção dos contratos | IPCA | IPCA |
| RAP anual, conforme Resolução Homologatória | 34.750 | 27.268 |

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (NE nº 10).

| Categoria | Indexador | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Cotas de fundos de investimentos (a) | CDI | 2.985 | 2.733 |
| | | 2.985 | 2.733 |
| | Circulante | - | - |
| | Não Circulante | 2.985 | 2.733 |

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.



9. Tributos

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|--------------|--------------|
| Passivo circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 221 | 221 |
| Outras obrigações fiscais | | |
| PIS/Pasep e Cofins | 118 | 86 |
| Outros tributos | 15 | 14 |
| | 354 | 321 |
| Passivo não circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | |
| Contratos de concessão | 6.661 | 6.512 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 426 | 648 |
| | 7.087 | 7.160 |

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

| | |
|------------------|----------------|
| 2025 | (817) |
| 2026 | (392) |
| 2027 | (392) |
| 2028 | (392) |
| 2029 | (392) |
| 2030 a 2032 | (1.175) |
| A partir de 2033 | (3.527) |
| | (7.087) |



9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

| | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Faturamento regulatório | 29.993 | 29.993 | 28.075 | 28.075 |
| Alíquota | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Base de cálculo | 2.399 | 3.599 | 2.246 | 3.369 |
| Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF | 2.242 | 2.242 | 2.593 | 2.593 |
| (-) Receita financeira provisionada | 553 | 553 | (639) | (639) |
| (=) Base de cálculo | 5.194 | 6.394 | 4.200 | 5.323 |
| Alíquotas vigentes | 15% | 9% | 15% | 9% |
| Adicional | 10% | | 10% | |
| Imposto de renda e contribuição social provisionados | 1.274 | 575 | 1.026 | 479 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| Contratos de concessão | 4.756 | 4.756 | 4.313 | 4.313 |
| Alíquota | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Base de cálculo | 380 | 571 | 345 | 518 |
| Receita financeira provisionada | (553) | (553) | 639 | 639 |
| Outras receitas | (100) | (100) | - | - |
| (=) Base de cálculo | (273) | (82) | 984 | 1.157 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (67) | (7) | 246 | 104 |

10. Empréstimos e financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e a implantação da subestação Curitiba Leste.

| Banco | Garantias | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|-------|---|---------------|---------------|
| BNDES | Cessão fiduciária de direitos creditórios | 11.972 | 14.512 |
| BNDES | Cessão fiduciária de direitos creditórios | - | 755 |
| | | 11.972 | 15.267 |
| | Circulante | 2.690 | 3.434 |
| | Não circulante | 9.282 | 11.833 |

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 10,13% (8,02% em 2023), o que equivale a 83,37% do CDI (68,80% do CDI em 2023).

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

| | |
|------|--------------|
| 2026 | 2.652 |
| 2027 | 2.652 |
| 2028 | 2.652 |
| 2029 | 1.326 |
| | 9.282 |



10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

| | |
|-------------------------------|---------------|
| Em 01.01.2023 | 20.001 |
| Encargos e variação monetária | 1.498 |
| Amortização - principal | (4.878) |
| Pagamento - encargos | (1.354) |
| Em 31.12.2023 | 15.267 |
| Encargos e variação monetária | 1.152 |
| Amortização - principal | (3.392) |
| Pagamento - encargos | (1.055) |
| Em 31.12.2024 | 11.972 |

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

| | Aplicado e não concluído | Saldo a recolher | Saldo a aplicar | Saldo em 31.12.2024 | Saldo em 31.12.2023 |
|-----------|--------------------------|------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| FNDCT (a) | - | 21 | - | 21 | 9 |
| MME | - | 11 | - | 11 | 4 |
| P&D | 216 | 6 | 143 | 365 | 553 |
| | 216 | 38 | 143 | 397 | 566 |
| | | | Circulante | 254 | 307 |
| | | | Não circulante | 143 | 259 |

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT



11.2 Mutações dos saldos de P&D

| | FNDCT | MME | P&D | Total |
|----------------------|-----------|-----------|------------|------------|
| Em 31.12.2023 | 17 | 8 | 458 | 483 |
| Constituições | 103 | 51 | 106 | 260 |
| Juros | - | - | 24 | 24 |
| Recolhimentos | (111) | (55) | (35) | (201) |
| Em 1º.01.2024 | 9 | 4 | 553 | 566 |
| Constituições | 111 | 55 | 110 | 276 |
| Juros | - | - | 24 | 24 |
| Recolhimentos | (99) | (48) | (322) | (469) |
| Em 31.12.2024 | 21 | 11 | 365 | 397 |

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

| | Saldo em 1º.01.2023 | Adições e Reversões | Saldo em 31.12.2023 | Adições e Reversões | Saldo em 31.12.2024 |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Cíveis | | | | | |
| Cíveis e direito administrativo (a) | 4.847 | (622) | 4.225 | (3.052) | 1.173 |

(a) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 a Companhia possui R\$ 58 em passivo contingente, referente indenização de servidão (em 31.12.2023 era R\$ 0).

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024, no valor de R\$ 104.161 (R\$ 104.161 em 31.12.2023) é composto por 104.161.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.



13.2 Resultado por ação

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|----------------|----------------|
| Numerador básico e diluído | | |
| Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações | 28.414 | 25.939 |
| Denominador básico e diluído | | |
| Média ponderada das ações | 104.161.241 | 98.936.511 |
| Resultado líquido do período básico e diluído por ação | 0,27280 | 0,26219 |

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Cálculo dos dividendos | | |
| Lucro líquido do exercício | 28.414 | 25.939 |
| Reserva legal (5%) | (1.421) | (1.297) |
| Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios | 26.993 | 24.642 |
| Dividendo mínimo obrigatório | 6.748 | 6.161 |
| Dividendo adicional proposto (*) | 20.245 | 18.481 |
| Total de dividendos | 26.993 | 24.642 |
| Valor do dividendo por ação | 0,000259 | 0,000249 |

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

14. Receita Operacional

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|---------------|---------------|
| Receita de operação e manutenção - O&M | 9.359 | 7.450 |
| Receita de juros efetivos e correção monetária | 26.556 | 24.934 |
| Receita de construção (a) | 908 | - |
| (-) PIS/Pasep e Cofins | (1.095) | (1.025) |
| (-) Pesquisa e desenvolvimento | (276) | (260) |
| (-) Encargos setoriais | (900) | (752) |
| | 34.552 | 30.347 |



15. Custos e despesas operacionais

| | Custos operacionais | Despesas com vendas | Despesas gerais e administrativas | Outras despesas operacionais | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---------------------|---------------------|-----------------------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| Pessoal e administradores | - | | (248) | - | (248) | (369) |
| Planos previdenciário e assistencial | - | | (38) | - | (38) | (44) |
| Material | (52) | | - | - | (52) | (145) |
| Serviços de terceiros | (2.915) | | (135) | - | (3.050) | (2.455) |
| Depreciação e amortização | (6) | | (10) | - | (16) | (15) |
| Perdas de créditos, provisões e reversões | - | (715) | - | - | (715) | (166) |
| Custo de construção | (908) | - | - | - | (908) | - |
| Outros custos e despesas operacionais | (118) | | (176) | (104) | (398) | (430) |
| | (3.999) | (715) | (607) | (104) | (5.425) | (3.624) |

16. Resultado Financeiro

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|--------------|--------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 2.138 | 2.585 |
| Rendimento sobre depósitos judiciais | 100 | 1 |
| Acréscimos moratórios sobre faturas | 4 | 6 |
| | 2.242 | 2.593 |
| (-) Despesas financeiras | | |
| Variação monetária e encargos da dívida | 1.152 | 1.498 |
| Outras despesas financeiras | 28 | 24 |
| | 1.180 | 1.522 |
| Líquido | 1.062 | 1.071 |

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

| | NE nº | Nível | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | |
|--|-------|-------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 4 | 2 | 16.060 | 16.060 | 24.125 | 24.125 |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 7 | 2 | 2.985 | 2.985 | 2.733 | 2.733 |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Clientes (a) | 5 | | 3.860 | 3.860 | 2.987 | 2.987 |
| Total dos ativos financeiros | | | 22.905 | 22.905 | 29.845 | 29.845 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Fornecedores (a) | 8 | | 847 | 847 | 493 | 493 |
| Empréstimos e financiamentos (c) | 10 | | 11.972 | 11.263 | 15.267 | 14.330 |
| Total dos passivos financeiros | | | 12.819 | 12.110 | 15.760 | 14.823 |

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.



Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 1,12%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

| Exposição ao risco de crédito | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 16.060 | 24.125 |
| Títulos e valores mobiliários (a) | 2.985 | 2.733 |
| Cientes (b) | 3.860 | 2.987 |
| | 22.905 | 29.845 |

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.



As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

| | Juros (a) | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Passivo Total |
|------------------------------|-----------|----------------|--------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|
| 31.12.2024 | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 10 | 299 | 596 | 2.635 | 11.221 | - | 14.751 |
| Fornecedores | - | 847 | - | - | - | - | 847 |
| | | 1.146 | 596 | 2.635 | 11.221 | - | 15.598 |
| 31.12.2023 | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 10 | 507 | 1.009 | 2.940 | 12.803 | 1.378 | 18.637 |
| Fornecedores | - | 493 | - | - | - | - | 493 |
| | | 1.000 | 1.009 | 2.940 | 12.803 | 1.378 | 19.130 |

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.



A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic 15% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP – 8,79%, que considera a projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias | Risco | Base | Cenários Projetados | | |
|---|-----------|---------------|---------------------|----------------|----------------|
| | | 31.12.2024 | Provável | Cenário 1 | Cenário 2 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Baixa CDI | 2.985 | 3.425 | 3.315 | 3.205 |
| | | 2.985 | 3.425 | 3.315 | 3.205 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES | Alta TJLP | 11.972 | (1.053) | (1.316) | (1.579) |
| | | 11.972 | (1.053) | (1.316) | (1.579) |

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|----------------|-----------------|
| Empréstimos e financiamentos | 11.972 | 15.267 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 16.060 | 24.125 |
| (-) Títulos e valores mobiliários | 2.985 | 2.733 |
| Dívida líquida | (7.073) | (11.591) |
| Patrimônio líquido | 215.825 | 212.640 |
| Endividamento em relação ao patrimônio líquido | (0,03) | (0,05) |



18. Transações com Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

| | Ativo | | Passivo | | Receita | | Custo / Despesa | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------|------------|
| | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
| Controlador | | | | | | | | |
| Copel Geração e Transmissão S.A | | | | | | | | |
| Compartilhamento (a) | - | - | 41 | 75 | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | 6.748 | 6.161 | - | - | - | - |
| Contrato de operação e manutenção | - | - | 474 | 454 | - | - | 2.774 | 2.678 |
| Entidades com influência significativa | | | | | | | | |
| BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (b) | - | - | 11.972 | 15.267 | - | - | 1.152 | - |
| Entidades sob controle comum | | | | | | | | |
| Copel Distribuição S.A. | | | | | | | | |
| Compartilhamento | - | - | 18 | 24 | - | - | - | - |
| Consumo de energia elétrica | - | - | - | - | - | - | 46 | 45 |
| Complexo Eólico Cutia (b) | | | | | | | | |
| Compartilhamento (a) | - | - | - | 5 | - | - | - | - |
| Pessoal chave da administração | | | | | | | | |
| Honorários | - | - | - | - | - | - | 13 | 30 |
| Encargos sociais | - | - | - | - | - | - | 4 | 7 |

- (a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- (b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.
- (c) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.
- A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.



19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

| Apólice | Término da vigência | Importância segurada |
|-----------------|----------------------------|-----------------------------|
| Seguro D&O (a) | 28.03.2026 | 154.808 |
| Riscos Nomeados | 24.08.2025 | 36.790 |

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

Curitiba, 09 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Tatiane Ramthun Gumz
Contadora – CRC PR 050498/O-1



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Marumbi Transmissora de Energia S.A. (Marumbi), inscrita no CNPJ sob o nº 14.820.785/0001-53, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Marumbi de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Marumbi de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 09 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marumbi Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Marumbi Transmissora de Energia S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Adriano Machado
Signed By: ADRIANO MACHADO 15671101859
CPF: 15671101859
Signature Time: 09 de abril de 2025 17:22 BRT
O: CP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
E: BR
Issued: AC SERASA RFB v5


Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

Certificado de Conclusão

| | |
|---|---|
| Identificação de envelope: D455BD8D-BDD3-4623-AA2E-37DEEFBA1514 | Status: Concluído |
| Assunto: Complete com o Docusign: MARUMBIDEZ24.pdf | |
| LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) | |
| Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables | |
| Envelope fonte: | |
| Documentar páginas: 35 | Assinaturas: 1 |
| Certificar páginas: 2 | Rubrica: 0 |
| Assinatura guiada: Ativado | Remetente do envelope: |
| Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado | Renan Thielen |
| Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília | Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132 |
| | renan.thielen@pwc.com |
| | Endereço IP: 134.238.160.120 |

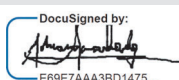
Rastreamento de registros

| | | |
|---|---|-----------------|
| Status: Original 09 de abril de 2025 17:01 | Portador: Renan Thielen renan.thielen@pwc.com | Local: DocuSign |
| Status: Original 09 de abril de 2025 17:32 | Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com | Local: DocuSign |

Eventos do signatário

Adriano Machado
a.machado@pwc.com
Sócio
PwC BR
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 3.231.78.255

Registro de hora e data

Enviado: 09 de abril de 2025 | 17:02
Visualizado: 09 de abril de 2025 | 17:02
Assinado: 09 de abril de 2025 | 17:32

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

| | | |
|---|-------------------|---|
| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| Renan Thielen renan.thielen@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign | Copiado | Enviado: 09 de abril de 2025 17:32 Visualizado: 09 de abril de 2025 17:32 Assinado: 09 de abril de 2025 17:32 |
| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |

| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
|--------------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 09 de abril de 2025 17:02 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 09 de abril de 2025 17:02 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 09 de abril de 2025 17:32 |
| Concluído | Segurança verificada | 09 de abril de 2025 17:32 |

| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
|-----------------------------|---------------|-----------------------------|
|-----------------------------|---------------|-----------------------------|



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 03356831933 | |